

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

*Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre Findo em 30 de Junho de 2013 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS
Montes Claros - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

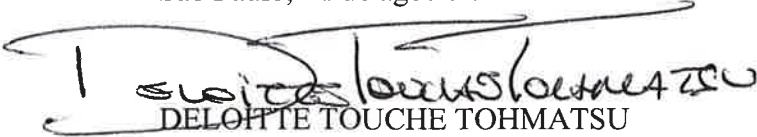
Conforme mencionado na nota explicativa nº 27, em decorrência das mudanças de política contábil para a contabilização dos benefícios aos empregados, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis intermediárias correspondentes relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 e na IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (R1) e na IAS 1 (“Revised 2007”) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

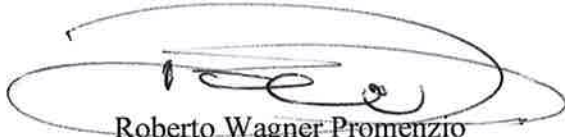
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2013


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº 1 SP 088438/O-9 S/MG

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.546	1.264	100.891	146.613
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	6.869	39.750
Duplicatas a receber	5	-	-	598.266	546.628
Estoques	6	-	-	635.451	653.364
Adiantamentos a fornecedores		61	11	58.255	57.750
Impostos a recuperar	16.d	6.707	7.115	38.079	41.227
Debêntures emitidas por controlada	15	-	11.892	-	-
Imóveis destinados à venda		-	-	2.927	2.921
Outros créditos a receber		1.022	4.294	38.367	29.838
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		9.336	24.576	1.479.105	1.518.091
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Partes relacionadas	14	105.508	87.482	50.080	46.037
Impostos a recuperar	16.d	13.552	13.552	24.371	43.784
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.c	8.629	8.629	71.717	71.981
Imobilizado disponível para venda	8.b	-	-	41.397	40.585
Depósitos judiciais	17	78.193	78.053	103.672	101.431
Outros créditos e valores a receber		9.930	2.056	23.356	16.018
		-----	-----	-----	-----
		215.812	189.772	314.593	319.836
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	7	779.978	897.311	-	-
Investimentos em coligadas	7	137.662	56.229	137.662	56.229
Outros investimentos		3.089	4.634	6.051	7.675
Imobilizado	8.a	9.388	9.394	1.107.376	1.094.518
Intangível	9	2	2	118.183	114.015
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		1.145.931	1.157.342	1.683.865	1.592.273
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		1.155.267	1.181.918	3.162.970	3.110.364
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	12	57.647	45.461	309.716	458.188
Fornecedores	11	1.790	218	183.254	197.618
Obrigações sociais e trabalhistas		737	584	67.647	55.540
Impostos e taxas		1	348	14.090	13.980
Dividendos a pagar		11	11	1.258	1.335
Concessões governamentais	19	-	-	14.959	13.115
Arrendamentos não recuperáveis	10	-	-	14.893	13.736
Outras contas a pagar		4.766	6.736	90.731	76.900
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		64.952	53.358	696.548	830.412
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	501.833	349.124
Arrendamentos não recuperáveis	10	-	-	5.887	11.724
Partes relacionadas	14	15.804	424	426	164
Concessões governamentais	19	-	-	48.733	49.859
Planos de aposentadoria e benefícios	18	-	-	89.867	86.765
Provisões diversas	17	65.078	64.938	93.133	99.331
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	16.c	426	427	5.400	5.049
Outras obrigações		232	405	32.133	26.744
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		81.540	66.194	777.412	628.760
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
Capital realizado	13	882.236	870.000	882.236	870.000
Reservas de capital		293.888	286.308	293.888	286.308
Reservas de lucros		431.721	431.721	431.721	431.721
Ajuste acumulado de conversão		(109.426)	(108.316)	(109.426)	(108.316)
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.994)	(20.961)	(2.994)	(20.961)
Ações em tesouraria		-	(838)	-	(838)
Prejuízos acumulados		(486.650)	(395.548)	(486.650)	(395.548)
		-----	-----	-----	-----
Total da participação dos acionistas controladores		1.008.775	1.062.366	1.008.775	1.062.366
		-----	-----	-----	-----
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					
		-	-	680.235	588.826
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		1.008.775	1.062.366	1.689.010	1.651.192
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.155.267	1.181.918	3.162.970	3.110.364
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora			
		01.04.2013	01.01.2013	01.04.2012	01.01.2012
		a 30.06.2013	a 30.06.2013	a 30.06.2012	a 30.06.2012
DESPESAS OPERACIONAIS:					
Gerais e administrativas		(4.514)	(10.041)	(6.474)	(10.482)
Honorários da administração		(306)	(809)	(316)	(750)
Equivalência patrimonial	7	1.969	(7.982)	21.091	13.177
Outras, líquidas		277	282	190	220
RESULTADO OPERACIONAL		(2.574)	(18.550)	14.491	2.165
Despesas financeiras – juros e encargos		(1.499)	(2.254)	(2.026)	(3.189)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(421)	(1.475)	(351)	(688)
Receitas financeiras		3.220	6.519	5.660	9.990
Variações cambiais líquidas		1.637	1.341	5.349	4.246
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		363	(14.419)	23.123	12.524
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	16.b	-	-	(31)	(31)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		363	(14.419)	23.092	12.493
Equivalência patrimonial proveniente das operações descontinuadas de controladas	7	-	-	(28.385)	(55.500)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		363	(14.419)	(5.293)	(43.007)
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO -R\$					
Nas operações continuadas	25	0,0030	(0,1177)	0,1981	0,1072
Nas operações descontinuadas	25	-	-	(0,2435)	(0,4762)
Total	25	0,0030	(0,1177)	(0,0454)	(0,3690)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Consolidado			
		01.04.2013	01.01.2013	01.04.2012	01.01.2012
		a 30.06.2013	a 30.06.2013	a 30.06.2012	a 30.06.2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	564.116	1.151.058	486.624	944.408
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	23	(426.676)	(882.554)	(368.461)	(708.106)
LUCRO BRUTO		137.440	268.504	118.163	236.302
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	23	(81.647)	(163.966)	(67.419)	(129.446)
Gerais e administrativas	23	(40.553)	(79.782)	(37.525)	(72.729)
Honorários da administração	23	(2.290)	(5.282)	(2.267)	(4.605)
Equivalência patrimonial	7	(3.992)	3.963	(14.890)	(13.776)
Outras, líquidas	21	12.780	13.198	67.948	74.037
RESULTADO OPERACIONAL		21.738	36.635	64.010	89.783
Despesas financeiras – juros e encargos		(17.645)	(35.497)	(18.526)	(45.074)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(12.421)	(25.562)	(12.785)	(24.938)
Receitas financeiras		3.149	6.304	8.802	15.266
Variações cambiais líquidas		13.725	8.431	6.657	5.516
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		8.546	(9.689)	48.158	40.553
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	16.b	(4.477)	(8.167)	(3.672)	(8.265)
Diferido	16.b	(200)	(507)	(322)	(471)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		3.869	(18.363)	44.164	31.817
Resultado das operações descontinuadas	26	-	-	(41.476)	(81.094)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		3.869	(18.363)	2.688	(49.277)
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores					
Nas operações continuadas		363	(14.419)	23.092	12.493
Nas operações descontinuadas		-	-	(28.385)	(55.500)
		363	(14.419)	(5.293)	(43.007)
Participação dos acionistas não-controladores					
Nas operações continuadas		3.506	(3.944)	21.072	19.324
Nas operações descontinuadas		-	-	(13.091)	(25.594)
		3.506	(3.944)	7.981	(6.270)
		3.869	(18.363)	2.688	(49.277)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora			
	01.04.2013	01.01.2013	01.04.2012	01.01.2012
	a	a	a	a
	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2012</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	363	(14.419)	(5.293)	(43.007)
Outros resultados abrangentes:				
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	676	676	287	545
Variação cambial de investimentos no exterior	130	(1.110)	(2.690)	(3.171)
Hedge de fluxo de caixa em coligadas	(9.717)	(9.717)	-	-
	-----	-----	-----	-----
	(8.911)	(10.151)	(2.403)	(2.626)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(8.548)	(24.570)	(7.696)	(45.633)
	=====	=====	=====	=====
	Consolidado			
	01.04.2013	01.01.2013	01.04.2012	01.01.2012
	a	a	a	a
	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2012</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	3.869	(18.363)	2.688	(49.277)
Outros resultados abrangentes:				
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	1.278	1.278	466	887
Variação cambial de investimentos no exterior	(1.301)	(3.213)	(4.665)	(5.070)
Hedge de fluxo de caixa em coligadas	(9.717)	(9.717)	-	-
	-----	-----	-----	-----
	(9.740)	(11.652)	(4.199)	(4.183)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(5.871)	(30.015)	(1.511)	(53.460)
	=====	=====	=====	=====
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores	(8.548)	(24.570)	(7.696)	(45.633)
Participação dos acionistas não-controladores	2.677	(5.445)	6.185	(7.827)
	-----	-----	-----	-----
	(5.871)	(30.015)	(1.511)	(53.460)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de capital Incentivos fiscais	Reserva de lucros		Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total da par- ticipação de acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	870.000	286.308	33.298	398.400	(97.361)	(18.350)	(838)	(254.074)	1.217.383	490.910	1.708.293
Resultado abrangente:											
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	(43.007)	(43.007)	(6.270)	(49.277)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	-	1.233	-	-	-	1.233	-	1.233
Reflexo de controladas-											
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	-	-	-	-	-	545	-	-	545	342	887
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	-	(4.404)	-	-	-	(4.404)	(1.899)	(6.303)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(3.171)	545	-	(43.007)	(45.633)	(7.827)	(53.460)
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:											
Aquisição de participação em controlada	-	-	-	-	-	-	-	(3.865)	(3.865)	(11.135)	(15.000)
Dividendo pago em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.361)	(1.361)
Subscrição de capital em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94.935	94.935
Resultado na subscrição de ações (nota 7)	-	-	-	-	-	1.858	-	(47.151)	(45.293)	45.293	-
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	-	-	-	-	-	1.858	-	(51.016)	(49.158)	127.732	78.574
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	870.000	286.308	33.298	398.400	(100.532)	(15.947)	(838)	(348.097)	1.122.592	610.815	1.733.407

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de capital Incentivos fiscais	Reservas de lucros		Ajuste acumulado de conversão	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do Patrimônio Líquido
			Legal	Retenção de lucros							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	870.000	286.308	33.298	398.423	(108.316)	(20.961)	(838)	(395.548)	1.062.366	588.826	1.651.192
Custo atribuído reflexo de coligada	-	-	-	-	-	24.442	-	(24.442)	-	-	-
Realização do período	-	-	-	-	-	(361)	-	361	-	-	-
Resultado abrangente:											
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	(14.419)	(14.419)	(3.944)	(18.363)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	-	1.868	-	-	-	1.868	-	1.868
Reflexo de controladas e coligadas-											
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	-	-	-	-	-	676	-	-	676	602	1.278
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	-	(2.978)	-	-	-	(2.978)	(2.103)	(5.081)
Hedge de fluxo de caixa em coligada	-	-	-	-	-	(9.717)	-	-	(9.717)	-	(9.717)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(1.110)	(9.041)	-	(14.419)	(24.570)	(5.445)	(30.015)
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:											
Aquisição de participação em controlada (nota 7)	-	-	-	-	-	-	-	14.866	14.866	(29.866)	(15.000)
Emissão de novas ações por incorporação (nota 13.a.1)	12.236	75.000	-	-	-	-	-	3.599	90.835	-	90.835
Resgate de ações (nota 13.a.2)	-	-	-	-	-	2.927	(66.582)	(66.872)	(130.527)	130.527	-
Cancelamento de ações resgatadas (nota 13.a.2)	-	(66.582)	-	-	-	-	66.582	-	-	-	-
Despesas com reestruturação societária	-	-	-	-	-	-	-	(4.195)	(4.195)	(1.907)	(6.102)
Dividendos pagos em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.900)	(1.900)
Cancelamento de ações em tesouraria (nota 13.b)	-	(838)	-	-	-	-	838	-	-	-	-
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	12.236	7.580	-	-	-	2.927	838	(52.602)	(29.021)	96.854	67.833
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	882.236	293.888	33.298	398.423	(109.426)	(2.994)	-	(486.650)	1.008.775	680.235	1.689.010

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(14.419)	(43.007)	(18.363)	(49.277)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	316	18	53.038	53.968
Equivalência patrimonial:				
Operações continuadas	7.982	(13.177)	(3.963)	13.776
Operações descontinuadas	-	55.500	-	-
Imposto de renda e contribuição social		31	8.674	8.736
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	(13.060)	(80.988)
Perda no valor recuperável do imobilizado	-	-	(3.060)	4.932
Variações cambiais	437	(2.246)	(3.450)	19.492
Juros e encargos	(2.316)	(5.067)	27.239	28.392
	-----	-----	-----	-----
	(8.000)	(7.948)	47.055	(969)
	-----	-----	-----	-----
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	-	9.928	32.881	7.304
Duplicatas a receber	-	-	(51.638)	(11.599)
Estoques	-	-	17.913	58.699
Adiantamentos a fornecedores	(50)	(25)	(505)	(3.708)
Fornecedores	1.572	174	(14.364)	(43.662)
Outros	(962)	14.115	18.771	(25.785)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades Operacionais	(7.440)	16.244	50.113	(19.720)
	-----	-----	-----	-----
Juros pagos	-	-	(30.226)	(58.315)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(8.798)	(7.868)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(7.440)	16.244	11.089	(85.903)
	-----	-----	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos permanentes	(15.000)	(74.109)	(15.000)	(15.000)
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(38.536)	(37.164)
Adições ao intangível	-	-	(2.380)	(750)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	14.017	100.492
Recebimentos de dividendos	3.664	1.970	-	-
Empréstimos entre partes relacionadas	8.923	24.230	(1.123)	(2.780)
Recebimento de debêntures	-	22.364	-	-
Instrumentos derivativos	-	-	-	14.263
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(2.413)	(25.545)	(43.022)	59.061
	-----	-----	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	-	-	-	94.935
Despesas com aumento de capital	(2.051)	-	(6.103)	-
Pagamento de dividendos	-	-	(1.606)	(1.856)
Ingresso de novos empréstimos	12.186	10.941	147.218	488.708
Liquidação de empréstimos	-	-	(159.782)	(619.192)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	10.135	10.941	(20.273)	(37.405)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa de controlada no exterior	-	-	6.484	5.265
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	282	1.640	(45.722)	(58.982)
	=====	=====	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	1.264	2.364	146.613	185.878
No fim do período	1.546	4.004	100.891	126.896
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	282	1.640	(45.722)	(58.982)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	1.333.487	1.253.412
Provisão para perdas com créditos de clientes	-	-	7.842	-
Resultado na alienação de imóveis destinados a venda	-	-	11.751	6.896
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	1.309	74.092
	-----	-----	-----	-----
	-	-	1.354.389	1.334.400
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(614.312)	(661.192)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.415)	(9.293)	(277.023)	(239.917)
Perda no valor recuperável do imobilizado	-	-	3.060	(4.932)
	-----	-----	-----	-----
	(7.415)	(9.293)	(888.275)	(906.041)
VALOR ADICIONADO BRUTO	-----	-----	-----	-----
	(7.415)	(9.293)	466.114	428.359
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(316)	(18)	(53.038)	(53.968)
	-----	-----	-----	-----
	(316)	(18)	(53.038)	(53.968)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	-----	-----	-----	-----
	(7.731)	(9.311)	413.076	374.391
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(7.982)	(42.323)	3.963	(13.776)
Receitas financeiras	6.519	9.990	6.304	15.266
Variação cambial ativa	1.330	4.246	17.800	13.957
Royalties	-	-	9	5.897
	-----	-----	-----	-----
	(133)	(28.087)	28.076	21.344
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	-----	-----	-----	-----
	(7.864)	(37.398)	441.152	395.735
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	1.816	1.290	212.860	212.046
Impostos, taxas e contribuições	2.496	1.130	140.569	124.159
Remuneração de capitais de terceiros	2.243	3.189	106.086	108.807
Remuneração de capitais próprios	(14.419)	(43.007)	(18.363)	(49.277)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	-----	-----	-----	-----
	(7.864)	(37.398)	441.152	395.735

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objetivo social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries Inc. (“SI”) respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a SGPSA adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), controladora da MMartan Têxtil Ltda (“MMartan”). A partir de agosto de 2011, iniciou as atividades varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca Artex através da controlada American Sportswear Ltda. (“ASW”). Em 1º de janeiro de 2013, como forma de consolidação das operações de varejo da SGPSA, a Controlada ASW incorporou a controlada SRPSA e a controlada indireta MMartan, e alterou sua razão social para AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de agosto de 2013.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, elaboradas, simultaneamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e estão identificadas como “Consolidado”.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e estão identificadas como “Controladora”. Essas práticas

diferem das IFRS (International Financial Reporting Standards), aplicável às demonstrações contábeis intermediárias separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 30 de junho de 2013.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;

ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e

iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As contas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As contas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas investidas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como resultado abrangente.

(j) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(k) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos

financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(l) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(m) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(n) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período.

(o) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(p) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(q) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(r) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(s) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(t) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(u) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(v) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")--Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(w) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações contábeis intermediárias, "acionista controlador" representa todos os acionistas da Companhia e "não controlador" representa a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	30.06.2013	31.12.2012
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	61,51
Oxford Comércio e Participações S.A.	58,88	58,88
Companhia Tecidos Santanense	52,65	52,65

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA, SGUS e da AMMO, com 100% do capital social das respectivas companhias, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Varição</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	2,0435	-
30 de junho	2,2156	2,0213	9,6%
Taxa média:			
30 de junho (3 meses)	2,1164	1,9785	7,0%
30 de junho (6 meses)	2,0545	1,8676	10,0%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2013. Esses novos pronunciamentos não geraram efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias, exceto pela adoção do CPC 33(R1) e IAS19 (revisado 2011) – Benefícios aos empregados, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa número 27.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010) – Instrumentos Financeiros(*)	Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
Data Efetiva Mandatória e Divulgações de Transição – IFRS 9 e IFRS 7(*)	Altera a data de aplicação da IFRS 9 para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 e altera os requerimentos de transição da IAS39 para a IFRS9.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 (IFRS9) e requerimentos de transição para adoção antecipada da IFRS9.
Substituição de Contraparte em Operações de Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge – Alterações à Norma IAS 39 (*)	As alterações permitem que a contabilidade de hedge seja mantida quando houver substituição de contraparte nas operações de derivativos, desde que determinados critérios sejam atendidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Divulgações do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros – Alterações à norma IAS 36 (*)	As alterações restringem o requerimento de divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa apenas para períodos em que houver perda ou reversão de perda no valor recuperável dos ativos e expandem e esclarecem os requerimentos de divulgação aplicáveis quando o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa for determinado com base no valor justo menos os custos de venda do ativo ou unidade geradora de caixa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IAS 28 (Revisada 2011) e CPC 18(R2) - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (Revisada 2011) e CPC 35(R2) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis separadas são mantidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 e CPC 36(R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 e CPC 19(R2) – Negócios em Conjunto	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 e CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IAS 19 (Revisada 2011) e CPC 33 (R1) - Benefícios aos Empregados (vide nota explicativa nº 27 às demonstrações contábeis intermediárias)	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação dos Outros Resultados Abrangentes(*)	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2012.
Alterações à IFRS 7 – Divulgações – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros(*)	Introduz requerimentos de divulgação de informações sobre todos os instrumentos financeiros que são compensados conforme permitidos pelo IAS 32.	Aplicável a exercícios e períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros(*)	Fornecer esclarecimentos sobre a aplicação das regras para compensação de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios e períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2014. Aplicação deve ser retroativa.
Alterações à IFRS 1 – Empréstimos Subsidiados pelo Governo	Introduz requerimento de que as alterações à norma IAS 20 de 2008 sejam aplicadas de forma prospectiva na data ou após a data de transição para as IFRSs. No entanto, se a entidade obteve informação necessária para a aplicação do requerimento aplicável aos empréstimos subsidiados pelo governo como resultado de uma transação passada na data da contabilização inicial do empréstimo, ela poderá optar pela aplicação da norma IAS 20 de forma retrospectiva.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Demonstrações Financeiras Consolidadas, Acordos de Participação e Divulgação das Participações em Outras Entidades: Orientação para a Transição – Alterações às normas IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12	As alterações esclarecem os procedimentos de transição da norma IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, bem como a simplificação da transição para as normas IFRS10, IFRS 11 “Acordos de Participação” e IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”, limitando o requerimento de divulgação comparativa ajustada apenas para o exercício comparativo mais recente. Adicionalmente, para as divulgações relacionadas com as entidades não consolidadas, as alterações eliminarão o requerimento de apresentação das informações comparativas para períodos anteriores à adoção inicial da norma IFRS12.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Interpretação IFRIC 21 – Taxas (*)	Fornecer orientações sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo ou entidade governamental, tanto para taxas que são contabilizadas de acordo com a norma IAS 37 quanto para aquelas em que há certeza com relação ao momento de contabilização e ao valor da taxa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
CDB – pós-fixado	597	678	21.608	36.213
Operações compromissadas	-	-	1.149	12.211
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	4.512	2.907
Depósitos no exterior	-	-	65.608	83.051
Depósitos em contas correntes	949	586	8.014	12.231
	-----	-----	-----	-----
	1.546	1.264	100.891	146.613
	=====	=====	=====	=====

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012
Fundo de investimento – US\$	5.602	10.796
Depósito restrito	1.267	1.580
Depósitos no exterior	-	27.374
	-----	-----
	6.869	39.750
	=====	=====

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012
Clientes no mercado interno	480.812	465.418
Clientes no mercado externo	127.228	100.328
Operadoras de cartão de crédito	11.270	9.742
Partes relacionadas		
Mercado interno	5.677	8.148
Mercado externo	2.970	540
	-----	-----
	627.957	584.176
Provisão para devedores duvidosos	(29.691)	(37.548)
	-----	-----
	598.266	546.628
	=====	=====

As vendas a prazo realizadas pelas lojas MMartan e Artex são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não diferem dos preços parcelados. Em 30 de junho de 2013, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram de R\$12.429 (R\$11.048 em 31 de dezembro de 2012), com um prazo médio de 90 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$1.159 (R\$1.306 em 31 de dezembro de 2012), utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 81 dias (84 dias em 31 de dezembro de 2012). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 30 de junho de 2013 e apenas um cliente representa mais de 10% da receita de vendas.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o semestre findo em 30 de junho de 2013.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Saldo no início do período	(37.548)	(40.534)
Adições	(449)	(2.841)
Baixas	8.291	7.385
Variação cambial	15	(1.558)
	-----	-----
Saldo no final do período	(29.691)	(37.548)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Matéria-prima e secundários	160.664	152.848
Produtos em elaboração	133.700	151.507
Produtos acabados	280.229	288.774
Peças de reposição	60.858	60.235
	-----	-----
	635.451	653.364
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e ou obsoletos.

A movimentação da provisão é como segue:

	31.12.2012	Baixas	Variação cambial	30.06.2013
Matéria-prima e secundários	(2.127)	800	(80)	(1.407)
Produtos em elaboração	(2.354)	1.058	(62)	(1.358)
Produtos acabados	(9.350)	4.792	112	(4.446)
Peças de reposição	(4.502)	2.077	-	(2.425)
	-----	-----	-----	-----
	(18.333)	8.727	(30)	(9.636)
	=====	=====	=====	=====

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	Patrimônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do período	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	30.06.2012
Investimentos em controladas:							
Operações continuadas -							
Springs Global Participações S.A. (1)	1.159.798	52,92	(42.608)	613.712	744.672	(25.796)	13.324
Oxford Comércio e Participações S.A.	229.220	58,88	23.324	134.965	123.876	13.180	8.937
Coteminas Internacional Ltd.	25.662	100,00	117	25.662	23.677	117	4.253
Companhia Tecidos Santanense	272.164	2,07	27.134	5.634	5.072	562	443
Coteminas (Sucursal Argentina)	5	100,00	(8)	5	14	(8)	(4)
				-----	-----	-----	-----
				779.978	897.311	(11.945)	26.953
				=====	=====	-----	-----
Investimento em coligadas:							
Cantagalo General Grains S.A.	155.779	30,00	543	46.733	56.229	165	(13.776)
Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	299.109	30,40	4.208	90.929	-	3.798	-
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas				137.662	56.229	3.963	(13.776)
				=====	=====	-----	-----
Resultado de equivalência patrimonial das operações continuadas						(7.982)	13.177
						=====	=====
Operações descontinuadas (nota 26) -							
Springs Global Participações S.A.						-	(55.500)
						=====	=====

(1) Em seguimento à reestruturação societária anunciada em 2012, foram realizados os seguintes eventos:

Em 29 de junho de 2012, foi subscrito e integralizado aumento de capital na controlada SGPSA no valor de R\$169.043 com emissão de 56.347.886 novas ações. Em leilão de sobras realizado em 10 de julho de 2012, foram arrematadas 4.690 ações no valor de R\$14, completando assim a totalidade do aumento de capital. A Companhia subscreveu e integralizou 24.707.676 ações, passando a deter 61,51% do capital social da controlada SGPSA (68,44% em 31 de dezembro de 2011). Com a variação da participação na controlada, a Companhia apurou perda no valor de R\$45.293, registrada em prejuízos acumulados.

Em 5 de fevereiro de 2013, foi concluída a Oferta Pública Voluntária de Aquisição de 5.000.000 de ações ordinárias de emissão da controlada SGPSA, efetuada pela Companhia, ao valor de

R\$3,00 por ação. A Companhia adquiriu 5.000.000 ações, passando a deter 64,01% do capital social da controlada (61,51% em 31 de dezembro de 2012). Com a variação da participação na controlada, a Companhia apurou deságio no valor de R\$14.866, registrado em prejuízos acumulados.

Em 8 de março de 2013, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi consignado o resgate da totalidade das ações preferenciais classe "B", contra entrega de 22.194.096 ações ordinárias de emissão da controlada SGPSA, à razão de 1,2 ações ordinárias de emissão da controlada SGPSA para cada ação preferencial classe "B" resgatada. O resgate foi realizado sem redução do capital social da Companhia. Portanto, a partir desta data, e considerando as transações acima, a Companhia passou a deter 52,92% do capital social da controlada SGPSA (61,51% em 31 de dezembro de 2012).

8. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (i) %	30.06.2013			31.12.2012
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	2,4	76.618	(14.540)	62.078	57.623
Edifícios	2,3	485.633	(182.716)	302.917	307.006
Instalações	5,7	274.041	(158.286)	115.755	119.972
Equipamentos	6,4	1.316.368	(880.372)	435.996	445.089
UHE - Porto Estrela (ii)	2,2	37.507	(10.137)	27.370	28.086
Usinas Hidroelétricas (PCH)	6,3	15.076	(7.220)	7.856	7.996
Móveis e utensílios	9,9	50.144	(31.312)	18.832	17.619
Veículos	20,0	64.481	(22.051)	42.430	27.232
Computadores e periféricos	18,1	49.463	(44.502)	4.961	5.495
Obras em andamento	-	71.598	-	71.598	62.193
Outros	2,6	108.299	(90.716)	17.583	16.207
		-----	-----	-----	-----
		2.549.228	(1.441.852)	1.107.376	1.094.518
		=====	=====	=====	=====

(i) - Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(ii) - Vide nota explicativa nº 19 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista sua rentabilidade operacional e geração de caixa a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	31.12.2012	Adições	Baixas	Transferên- cias para disponível para venda	Transferên- cias	Varição cambial	30.06.2013
Terrenos e benfeitorias	68.261	8.301	(258)	-	184	130	76.618
Edifícios	481.534	10	-	-	1.012	3.077	485.633
Instalações	272.990	360	(19)	-	767	(57)	274.041
Equipamentos	1.292.162	14.891	(1.454)	(489)	3.939	7.319	1.316.368
UHE – Porto Estrela	37.506	1	-	-	-	-	37.507
Usinas	13.244	93	-	-	1.739	-	15.076
Móveis e utensílios	47.190	1.937	(666)	-	733	950	50.144
Veículos (*)	45.919	18.476	(560)	-	46	600	64.481
Computadores e periféricos	47.257	744	(616)	-	(7)	2.085	49.463
Obras em andamento	62.193	16.052	(174)	-	(6.547)	74	71.598
Outros	99.249	2.346	(57)	-	(127)	6.888	108.299
	2.467.505	63.211	(3.804)	(489)	1.739	21.066	2.549.228

(*) Adições no valor de R\$17.859 foram liquidadas com créditos acumulados de ICMS.

Depreciação acumulada:

	31.12.2012	Adições	Baixas	Transferên- cias para disponível para venda	Transferên- cias	Varição cambial	30.06.2013
Terrenos e benfeitorias	(10.638)	(3.878)	89	-	-	(113)	(14.540)
Edifícios	(174.528)	(5.687)	-	-	3	(2.504)	(182.716)
Instalações	(153.018)	(5.726)	10	-	443	5	(158.286)
Equipamentos	(847.073)	(28.512)	1.029	143	(390)	(5.569)	(880.372)
UHE - Porto Estrela	(9.420)	(717)	-	-	-	-	(10.137)
Usinas	(5.248)	(233)	-	-	(1.739)	-	(7.220)
Móveis e utensílios	(29.571)	(1.337)	550	-	(20)	(934)	(31.312)
Veículos	(18.687)	(3.258)	527	-	(38)	(595)	(22.051)
Computadores e periféricos	(41.762)	(1.331)	616	-	2	(2.027)	(44.502)
Outros	(83.042)	(852)	26	-	-	(6.848)	(90.716)
	(1.372.987)	(51.531)	2.847	143	(1.739)	(18.585)	(1.441.852)

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$41.397 (R\$40.585 em 31 de dezembro de 2012) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências imobilizado</u>	<u>Varição cambial</u>	<u>30.06.2013</u>
Custo	536.632	6	(58.207)	489	30.639	509.559
Depreciação	(427.889)	(1.507)	53.980	(143)	(24.370)	(399.929)
Provisão para perda	(68.158)	-	3.060	-	(3.135)	(68.233)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	40.585	(1.501)	(1.167)	346	3.134	41.397
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

9. INTANGÍVEL

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	26.020	24.232
Ágio na aquisição da SRPSA	27.303	27.303
Marcas	16.304	16.298
Pontos comerciais (luvas)	48.534	46.160
Outros	22	22
	-----	-----
Total	118.183	114.015
	=====	=====

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2012 foi de três anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,6% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da SRPSA. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Em junho de 2012, a controlada indireta SGUS vendeu a marca Wamsutta. A SGUS manterá os direitos de comercializar a marca Wamsutta na América do Sul e de buscar oportunidades de licenciamentos fora da América do Norte.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Saldos em 31.12.2012	Adições	Variação cambial	Saldos em 30.06.2013
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	24.232	-	1.788	26.020
Ágio na aquisição da SRPSA	27.303	-	-	27.303
Marcas	16.298	6	-	16.304
Pontos comerciais (luvas)	46.160	2.374	-	48.534
Outros	22	-	-	22
	-----	-----	-----	-----
Total	114.015	2.380	1.788	118.183
	=====	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 foi de R\$16.403 (R\$15.359 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012). A controlada SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 foi de R\$1.529 (R\$1.302 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	30.06.2013
2013 (*)	13.901
2014	26.871
2015	21.609
2016	21.190
2017	19.830

(*) 6 meses

A partir de 2017, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$206.645.

Para o período de 2013 a 2019, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada SGUS é de R\$35.651.

A controlada SGUS possui provisão de R\$20.780 (R\$25.460 em 31 de dezembro 2012), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$150.790 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012
Fornecedores no mercado interno	103.506	93.763
Fornecedores no mercado externo	79.748	103.855
	-----	-----
	183.254	197.618
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente, 33 dias (34 dias em 31 de dezembro 2012). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos créditos de compras de matéria-prima (algodão), no valor de R\$57.307 (R\$53.875 em 31 de dezembro de 2012).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
				30.06.2013	31.12.2012
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	25.564	29.716
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	25.564	29.716
BNDES (Finame)	R\$	4,5 a 7,0	2020	8.333	8.957
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)(*)	R\$	118,7 do CDI	2013	52.960	23.051
Bradesco S.A. (Conta garantida)(*)	R\$	120 do CDI	2013	34.019	28.204
Banco Santander S.A.	R\$	CDI + 0,20 a 0,29	2013	298	1.173
BNDES (Capital de giro)	R\$	TJLP + 3,0	2014	3.814	5.713
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	R\$	118,9 do CDI	2013	25.119	25.115
Banco Votorantim S.A.	R\$	TJLP + 3,0	2015	51.509	49.484
Banco do Brasil S.A. (NCI)	R\$	106,5 e 108,5 do CDI	2015	244.832	248.544
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	117,7 do CDI	2014	205.762	205.730
Banco Santander S.A.	R\$	TJLP+3 e TJLP+5,69	2015	44.887	31.684
Banco do Brasil – BNDES Progerem	R\$	TJLP + 3,0	2015	20.207	19.444
Outros	R\$	-	2020	87	95
				-----	-----
				742.955	706.626
Moeda estrangeira:					
JP Morgan	US\$	1,50	2013	-	27.372
Deutsche Bank (Securitização)	US\$	Libor + 2,15	2014	51.276	62.055
Banco Francês	\$ARG	14,4	2014	1.595	2.192
Banco Patagônia	\$ARG	15,6 e 19,0	2016	15.723	9.067
				-----	-----
				68.594	100.686
				-----	-----
Total				811.549	807.312
Passivo circulante				(309.716)	(458.188)
				-----	-----
Passivo não circulante				501.833	349.124
				=====	=====

(*) Incluem os saldos da controladora.

(a) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 4,60% a.a. com swap para aproximadamente 117,7% do CDI com a mesma contraparte.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de São Gonçalo do Amarante, gravados em 1º grau, além de fiança da CTNM para os financiamentos denominados “Revitaliza”; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2013	2014		2015	2016 a 2020	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	4.208	4.133	4.133	8.266	4.824	25.564
BNDES (Revitaliza)	4.208	4.133	4.133	8.266	4.824	25.564
BNDES (Finame)	637	622	622	1.244	5.208	8.333
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	52.960	-	-	-	-	52.960
Bradesco S.A. (Conta garantida)	34.019	-	-	-	-	34.019
Banco Santander S.A.	298	-	-	-	-	298
BNDES (Capital de giro)	1.913	1.901	-	-	-	3.814
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	25.119	-	-	-	-	25.119
Banco Votorantim S.A.	11.509	12.000	12.000	16.000	-	51.509
Banco do Brasil S.A. (NCI)	5.315	39.736	-	199.781	-	244.832
Banco Itaú BBA S.A.	5.762	-	200.000	-	-	205.762
Banco Santander S.A.	387	30.000	-	14.500	-	44.887
Banco do Brasil – BNDES Progerem	4.374	4.750	4.750	6.333	-	20.207
Outros	40	3	7	3	34	87
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	150.749	97.278	225.645	254.393	14.890	742.955
Moeda estrangeira:						
Deutsche Bank (Securitização)	-	51.276	-	-	-	51.276
Banco Francês	628	641	326	-	-	1.595
Banco Patagonia	9.144	-	-	-	6.579	15.723
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	9.772	51.917	326	-	6.579	68.594
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	160.521	149.195	225.971	254.393	21.469	811.549
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado como segue:

	Nº de ações	
	30.06.2013	31.12.2012
Ordinárias	55.651.200	43.531.958
Preferenciais	66.894.628	73.143.333
	-----	-----
	122.545.828	116.675.291
	=====	=====

A movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2012 e 30 de junho de 2013 foi como segue:

	Saldos em 31.12.2012	20.02.2013 (1)	08.03.2013 (2)	13.05.2013 (3)	Saldos em 30.06.2013
Ordinárias	43.531.958	24.488.517	(12.368.175)	(1.100)	55.651.200
Preferenciais	73.143.333	-	(6.126.905)	(121.800)	66.894.628
	-----	-----	-----	-----	-----
	116.675.291	24.488.517	(18.495.080)	(122.900)	122.545.828
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Em 20 de fevereiro de 2013, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a incorporação da Encorpar Investimentos Ltda., com a emissão de 24.488.517 novas ações ordinárias com direito de voto.

Na mesma Assembleia, foi aprovada ainda a criação de ações preferenciais classe "B", sem direito a voto, menos favorecidas do que as existentes até então, e resgatáveis automaticamente em data certa, contra a entrega de ações ordinárias de emissão da SGPSA, companhia aberta controlada pela Companhia. As ações preferenciais classe "B", quando emitidas, seriam resgatáveis contra entrega, pela Companhia, de 1,2 ações ordinárias de emissão da SGPSA por cada ação preferencial classe "B".

(2) Em 8 de março de 2013, foi realizada Reunião do Conselho de Administração da Companhia, convertendo o total de solicitações apresentadas correspondente a 18.495.080 ações de emissão da Companhia em ações preferenciais classe "B", sendo, das ações convertidas, 12.368.175 ordinárias e 6.126.905 preferenciais, conforme solicitações de conversão apresentadas pelos acionistas da Companhia. A mesma reunião aprovou o cancelamento das ações resgatadas. O valor de R\$66.872 apurado pela diferença entre o valor de mercado e o valor contábil da controlada SGPSA foi levado à conta de prejuízos acumulados.

(3) Em 14 de junho de 2013, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando a nova expressão do capital social, refletindo o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, aprovado em deliberação do Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2013.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, na forma da lei, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possuía 1.100 ações ordinárias a um custo médio de R\$5,04 por ação (R\$4,90 mínimo e R\$5,05 máximo) e 121.800 ações preferenciais a um custo médio de R\$6,83 por ação (R\$4,95 mínimo e R\$8,59 máximo). Conforme descrito acima, essas ações foram canceladas em 13 de maio de 2013.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Controladora:				
Wembley S.A.	44.900	41.139	-	-
Coteminas International Ltd.	42.614	41.643	-	-
Innotex International Ltd.	5.180	4.700	-	-
Coteminas S.A.	12.814	-	-	-
Companhia Tecidos Santanense	-	-	15.804	424
	-----	-----	-----	-----
	105.508	87.482	15.804	424
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Wembley S.A.	44.900	41.139	426	164
Innotex International Ltd.	5.180	4.700	-	-
Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	-	198	-	-
	-----	-----	-----	-----
	50.080	46.037	426	164
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros (consolidado)	
	30.06.2013	30.06.2012
Wembley S.A.	1.456	1.439
Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	62	39
JAGS-José Alencar Gomes da Silva	12	129
Innotex International Ltd.	78	409
Seda S.A.	6	27
	-----	-----
	1.614	2.043
	=====	=====

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais 1,375% a.a. e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior).

A Companhia recebe comissão sobre aval de 1,3% a.a. de sua controlada indireta Companhia Tecidos Santanense. No primeiro semestre de 2013, esse valor representa R\$32 (R\$100 no primeiro semestre de 2012).

Conforme previsto no acordo de acionistas da Companhia, a controlada indireta SGUS deve pagar a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.491 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil à Companhia. No primeiro semestre de 2013, foram provisionados pela controlada indireta SGUS a esse título o valor de R\$1.576 (R\$1.432 no primeiro semestre de 2012), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$1.651 (R\$3.046 em 31 de dezembro de 2012) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante no balanço consolidado.

A Rossini Administradora de Bens Ltda. e a controlada indireta AMMO firmaram contrato de locação do imóvel onde se situam o parque fabril e os escritórios da controlada indireta AMMO. No primeiro semestre de 2013, foram provisionados R\$1.645 (R\$1.645 no primeiro semestre de 2012) sob essa rubrica. As avaliações do imóvel e do aluguel foram efetuadas por empresa especializada e estão a preços de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

15. DEBÊNTURES EMITIDAS POR CONTROLADA

Em Assembléia Geral Extraordinária da controlada indireta CSA, realizada em 24 de janeiro de 2006, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações da CSA, para distribuição privada, nas condições abaixo, alteradas pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2006:

Emissão:	24 de janeiro de 2006
Série:	Única
Quantidade:	50.057 Debêntures
Valor nominal na data de emissão:	R\$ 1
Remuneração:	Variação cambial mais juros equivalentes à taxa Libor de 3 meses, acrescida da sobretaxa de 3% ao ano.
Amortização dos juros:	Pagamentos trimestrais, com último vencimento para 21/06/2013.
Amortização do principal:	17 parcelas trimestrais e sucessivas, com primeiro vencimento para 21/06/2009 e último para 21/06/2013.

A totalidade das debêntures foi subscrita pela Companhia. No semestre findo em 30 de junho de 2013, foram contabilizados juros de R\$140 (R\$653 no semestre findo em 30 de junho de 2012) e variação cambial credora de R\$1.261 (R\$2.630 de variação cambial credora no mesmo período de 2012). Em 30 de junho de 2013, a totalidade das debentures foram liquidadas (R\$11.892 em 31 de dezembro 2012).

16. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto as unidades de Blumenau – SC e Acreúna – GO) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais das unidades fabris das controladas estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão, até 31 de dezembro de 2016.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Resultado antes dos impostos	(14.419)	12.524	(9.689)	40.553
Equivalência patrimonial	7.982	(13.177)	(3.963)	13.776
Receitas não tributadas – RTT	-	-	(20.301)	(19.552)
Diferenças permanentes de controlada no exterior	-	-	(193)	2.699
Outras, líquidas	194	(101)	754	(1.302)
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(6.243)	(754)	(33.392)	36.174
Alíquota de 34%	2.123	256	11.353	(12.299)
Ajuste ao lucro presumido	-	-	3.498	-
Créditos fiscais não constituídos	(2.138)	(256)	(24.648)	3.085
Incentivo fiscal redução SUDENE	-	-	899	841
Outros	15	(31)	224	(363)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	(31)	(8.674)	(8.736)
	-----	-----	-----	-----
Imposto corrente		(31)	(8.167)	(8.265)
Imposto diferido	-	-	(507)	(471)
	=====	=====	=====	=====

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras e instrumentos derivativos. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia poder vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada indireta CSA, em exercícios anteriores, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Em 30 de junho de 2013, a controlada CSA possuía R\$482.494 em prejuízos fiscais (R\$442.260 em 31 de dezembro de 2012) e R\$487.184 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$446.789 em 31 de dezembro de 2012), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos. Os ativos fiscais reconhecidos por aquela controlada indireta são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2012	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 30.06.2013
Ativo:				
Provisões dedutíveis somente quando realizadas	34.133	(1.579)	273	32.827
Prejuízo fiscal, líquido	29.427	1.072	-	30.499
Créditos fiscais de controladas no exterior	8.421	-	(30)	8.391
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	71.981	(507)	243	71.717
Passivo:				
Diferenças temporárias passivas	-	-	(351)	(351)
Deságio em investimentos	(5.049)	-	-	(5.049)
	-----	-----	-----	-----
Passivo não circulante	(5.049)	-	(351)	(5.400)
	-----	-----	-----	-----
Imposto diferido líquido	66.932	(507)	(108)	66.317
	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	
Ano	Ativo não circulante
2013	13.746
2014	3.895
2015	4.733
2016	11.557
2017 em diante	37.786

	71.717
	=====

O imposto de renda e a contribuição social diferidos – passivo, serão devidos somente na realização dos deságios apurados nos investimentos que lhe deram origem.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	1.018	1.018	13.643	34.232
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.686	6.097	23.273	25.390
PIS e COFINS a recuperar	8.211	8.211	8.221	8.307
IVA – Argentina	-	-	4.841	6.353
VAT – China e México	-	-	714	1.084
IPI a recuperar	1.779	1.779	1.951	2.120
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	3.562	3.562	3.562	3.562
Outros impostos a recuperar	3	-	6.245	3.963
	-----	-----	-----	-----
	20.259	20.667	62.450	85.011
Ativo circulante	(6.707)	(7.115)	(38.079)	(41.227)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	13.552	13.552	24.371	43.784
	=====	=====	=====	=====

17. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$44.412 e R\$1.589 respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Processos fiscais:				
Contribuição social	40.915	40.915	41.225	41.225
CPMF	-	-	4.317	4.317
INSS	2.319	2.314	6.707	6.702
PIS e COFINS	1.904	1.903	5.165	5.164
IPI bandeira estrangeira	2.653	2.653	2.653	2.653
ICMS – exportação	-	-	-	6.548
Outras	348	348	2.201	2.201
Trabalhistas	2.788	2.940	13.339	13.280
Cíveis e outras	14.151	13.865	17.526	17.241
	-----	-----	-----	-----
	65.078	64.938	93.133	99.331
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	78.193	78.053	103.672	101.431
	=====	=====	=====	=====

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE.

CPMF – A controlada SGPSA é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias.

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI – A Companhia é pólo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

ICMS - Exportação – A controlada CTS recebeu em 13 de fevereiro de 2012 auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais, glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A CTS entregou sua contestação e, sem êxito, provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos também foram questionadas o que resultou em êxito junto ao Conselho de Contribuintes. Em março de 2013, a CTS incluiu o valor do principal no programa de parcelamento junto ao Estado de Minas Gerais.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia é pólo ativo em ações judiciais que questionam ECE – Encargo de Capacidade Emergencial e RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária cobrado em contas de energia elétrica. A controlada indireta CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária e COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) – A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2012	Adições	Baixas	Saldos em 30.06.2013
Processos fiscais:				
Contribuição social	41.225	-	-	41.225
CPMF	4.317	-	-	4.317
INSS	6.702	5	-	6.707
PIS e COFINS	5.164	1	-	5.165
IPI bandeira estrangeira	2.653	-	-	2.653
ICMS – exportação	6.548	-	(6.548)	-
Outras	2.201	-	-	2.201
Trabalhistas	13.280	2.775	(2.716)	13.339
Cíveis e outras	17.241	313	(28)	17.526
	-----	-----	-----	-----
	99.331	3.094	(9.292)	93.133
	=====	=====	=====	=====

18. PLANO DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de junho de 2013 e 2012:

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	442	406
Custo do juros	1.909	1.975
Retorno sobre os ativos	(809)	(780)
Amortização de ganhos e perdas atuariais	1.211	862
	-----	-----
Custo líquido do benefício	2.753	2.463
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 50% a 60% em investimentos de renda variável e 40% a 50% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Provisão para plano de pensão	87.372	83.434
Provisão para plano de pensão (múltiplos empregadores) (a)	780	954
Outras provisões de benefícios a funcionários	9.427	9.490
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	97.579	93.878
	-----	-----
Circulante (b)	(7.712)	(7.113)
	-----	-----
Não circulante	89.867	86.765
	=====	=====

(a) Até 30 de dezembro de 2010, a controlada SGUS era uma das empresas patrocinadoras do plano "South Jersey Labor and Management Pension Fund", um plano de pensão de benefício definido de múltiplos empregadores. Em 30 de dezembro de 2010, a controlada SGUS retirou-se do plano. A provisão representa o valor estimado a pagar referente à saída do plano.

(b) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

19. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGPM

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
	-----	-----	-----
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	4.822	461.346	751.332
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao exigível a longo prazo, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGPM. Em 30 de junho de 2013, esse valor representava R\$63.692, sendo

R\$14.959 classificados no passivo circulante e R\$ 48.733 classificados como passivo não circulante (R\$62.974, sendo R\$13.115 classificados no passivo circulante e R\$49.859 classificados como passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012)

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de junho de 2013, somam R\$27.370 (R\$28.086 em 31 de dezembro de 2012) (vide nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da Companhia nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--a Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	30.06.2013		31.12.2012		30.06.2013		31.12.2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS --								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	1.546	1.546	1.264	1.264	100.891	100.891	146.613	146.613
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	6.869	6.869	39.750	39.750
Duplicatas a receber	-	-	-	-	598.266	598.266	546.628	546.628
Debêntures emitidas por controlada (i)	-	-	11.892	11.892	-	-	-	-
Outros créditos a receber	1.022	1.022	4.294	4.294	38.367	38.367	29.838	29.838
NÃO CIRCULANTE:								
Realizável a longo prazo:								
Partes relacionadas	109.402	109.402	87.482	87.482	53.974	53.974	46.037	46.037
Outros créditos e valores a receber	6.036	6.036	2.056	2.056	19.462	19.462	16.018	16.018

	Controladora				Consolidado			
	30.06.2013		31.12.2012		30.06.2013		31.12.2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
PASSIVOS --								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (i)	57.647	57.647	45.461	45.461	309.716	309.716	458.188	458.188
Fornecedores	1.790	1.790	218	218	183.254	183.254	197.618	197.618
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	14.893	14.893	13.736	13.736
Outras contas a pagar	4.766	4.766	6.736	6.736	90.731	90.731	76.900	76.900
NÃO CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (i)	-	-	-	-	501.833	501.833	349.124	349.124
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	5.887	5.887	11.724	11.724
Partes relacionadas	15.804	15.804	424	424	426	426	164	164
Concessões governamentais	-	-	-	-	48.733	48.733	49.859	49.859
Outras obrigações	232	232	405	405	32.133	32.133	26.744	26.744

(i) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

Considerando que os vencimentos dos demais instrumentos financeiros são de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como "Empréstimos e recebíveis", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Investimentos	52.679	46.954
Obrigações de controladas (SGUS)	(42.028)	(37.101)
	-----	-----
	10.651	9.853
Em milhares de Dólares equivalentes	4.807	4.821
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4.512	2.907
Duplicatas a receber	99.748	75.018
Fornecedores	(2.571)	(3.790)
Partes relacionadas	132.474	123.082
	-----	-----
Total da exposição em Reais	234.163	197.217
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	105.688	96.510
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 30 de junho de 2013 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2013	Baixa do Dólar	45.896	1.174	(24.542)	(50.257)
2015	Baixa do Dólar	59.792	30.582	(10.182)	(50.946)
		-----	-----	-----	-----
		105.688	31.756	(34.724)	(101.203)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas:

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a Companhia não obteve resultados com esse tipo de derivativo.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens.

No primeiro semestre de 2012, o resultado com derivativos de “commodities” foi uma despesa de R\$10.158, sendo, R\$2.032 contabilizados nas rubricas “Variações cambiais líquidas” e R\$8.126 contabilizados em “Operações descontinuadas”. No primeiro semestre de 2013, não houve resultado com derivativos desta natureza.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a TJLP estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 14. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se

baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em Dólares - Finimp, previstos para as datas de vencimento dos contratos até junho de 2012. Tiveram seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”.

Os derivativos eram negociados em mercado de balcão, registrados na CETIP e não estavam sujeitos a depósito de margem. No semestre findo em 30 de junho de 2012 o resultado com esses derivativos foi uma despesa de R\$3.038. No primeiro semestre de 2013, não houve resultado com derivativos desta natureza.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	Valor do principal R\$ mil	30.06.2013		31.12.2012	
		Juros provisionados	Saldo contábil a pagar	Juros provisionados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 108,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: maio/2015	200.000	1.462	201.462	6.967	206.967
Contrato de empréstimo -- Juros: 106,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2014	40.000	3.370	43.370	1.577	41.577
Contrato de Swap -- Juros: 117,7% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: outubro/2014	200.000	5.762	205.762	5.730	205.730
	440.000	10.594	450.594	14.274	454.274

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de junho de 2013, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2013	Alta do CDI	440.000	(25.039)	(29.575)	(34.567)
2014	Alta do CDI	380.000	(29.525)	(46.584)	(56.854)
2015	Alta do CDI	166.000	(7.700)	(13.973)	(17.472)
			=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

Cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez--A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Em 30 de junho de 2013, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Empréstimos e financiamentos	57.647	45.461	811.549	807.312
Caixa e equivalentes de caixa	(1.546)	(1.264)	(100.891)	(146.613)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(6.869)	(39.750)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	56.101	44.197	703.789	620.949
Total do patrimônio líquido	1.008.775	1.062.366	1.689.010	1.651.192
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.064.876	1.106.563	2.392.799	2.272.141
	=====	=====	=====	=====

21. OUTRAS, LIQUIDAS

A composição de “Outras, líquidas” na demonstração do resultado é como segue:

	Consolidado	
	30.06.2013	30.06.2012
Resultado na alienação de ativos	15.262	82.656
Outros	(2.064)	(8.619)
	-----	-----
	13.198	74.037
	=====	=====

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta e indireta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem três segmentos operacionais.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos. e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

As controladas indiretas MMartan e ASW, que hoje se constituem na AMMO, possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	30.06.2013					
	América do Sul			América do Norte	(**)Outras Não	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Atacado	alocáveis	
Vendas líquidas	486,9	113,9	196,5	353,8	-	1.151,1
Custo dos produtos vendidos	(361,1)	(58,3)	(146,8)	(316,4)	-	(882,6)
Lucro bruto	125,8	55,6	49,7	37,4	-	268,5
Despesas de vendas, gerais e administrativas (*)	(95,7)	(79,9)	(26,5)	(34,0)	(12,9)	(249,0)
Equivalência patrimonial em coligadas	-	-	-	-	3,9	3,9
Outros	(0,7)	(0,3)	12,1	1,5	0,6	13,2
Resultado operacional	29,4	(24,6)	35,3	4,9	(8,4)	36,6
Resultado financeiro	-	-	-	-	(46,3)	(46,3)
Resultado antes dos impostos	29,4	(24,6)	35,3	4,9	(54,7)	(9,7)
Depreciação e amortização	36,5	5,9	5,3	3,6	1,7	53,0
Total de ativos	1.858,6	218,9	375,0	361,4	349,1	3.163,0
Total de passivos	(832,8)	(135,8)	(102,8)	(403,4)	0,8	(1.474,0)
Total de ativos líquidos	1.025,8	83,1	272,2	(42,0)	349,9	1.689,0

	30.06.2012					
	América do Sul			América do Norte	(**)Outras Não	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Atacado	Alocáveis	
Vendas líquidas	408,9	101,6	188,1	245,8	-	944,4
Custo dos produtos vendidos	(305,4)	(49,7)	(140,7)	(212,3)	-	(708,1)
Lucro bruto	103,5	51,9	47,4	33,5	-	236,3
Despesas de vendas, gerais e administrativas (*)	(77,0)	(70,6)	(25,7)	(20,3)	(13,2)	(206,8)
Equivalência patrimonial em coligadas	-	-	-	-	(13,8)	(13,8)
Outros	(0,8)	(5,7)	6,7	72,1	1,7	74,0
Resultado operacional	25,7	(24,4)	28,4	85,3	(25,3)	89,7
Resultado financeiro	-	-	-	-	(49,2)	(49,2)
Resultado antes dos impostos	25,7	(24,4)	28,4	85,3	(74,5)	40,5
Depreciação e amortização	33,0	3,8	5,4	2,7	1,3	46,2
Total de ativos	1.943,3	224,0	334,0	361,0	347,3	3.209,6
Total de passivos	(852,7)	(89,4)	(96,2)	(380,8)	(57,1)	(1.476,2)
Total de ativos líquidos	1.090,6	134,6	237,8	(19,8)	290,2	1.733,4

(*) O segmento de varejo inclui despesas de aluguel, condomínio e outras, das lojas recém inauguradas, cuja maturidade de vendas ocorrerá ao longo dos próximos trimestres.

(**) Refere-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

A controlada SGPSA em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários, e outros. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	30.06.2013	30.06.2012
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa,banho	546,0	403,9
Utility bedding	193,6	147,9
Produtos intermediários	297,6	291,0
Outros	113,9	101,6
	-----	-----
	1.151,1	944,4
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama,mesa,banho	25,1	19,3
Utility bedding	18,5	15,6
Produtos intermediários	25,5	26,0
	-----	-----
	69,1	60,9
	=====	=====

A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 30 de junho de 2013 e apenas um cliente concentra vendas superiores a 10% das vendas líquidas.

23. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.06.2013	30.06.2012
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(792.707)	(635.263)
Benefícios a empregados	(212.860)	(169.168)
INSS	(18.134)	(27.299)
Depreciação e amortização	(53.038)	(46.295)
Varição dos estoques de produtos acabados e em processo	(29.600)	(14.432)
Varição cambial nos estoques de controlada no exterior	11.947	10.397
Outros custos e despesas	(37.192)	(32.826)
	-----	-----
Total por natureza	(1.131.584)	(914.886)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.06.2013	30.06.2012
Operações continuadas:		
Custo dos produtos vendidos	(882.554)	(708.106)
Vendas	(163.966)	(129.446)
Gerais e administrativas	(79.782)	(72.729)
Honorários da administração	(5.282)	(4.605)
	-----	-----
Total por função	(1.131.584)	(914.886)
	=====	=====

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.06.2013	30.06.2012
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	1.415.482	1.163.767
Deduções das vendas	(264.424)	(219.359)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.151.058	944.408
	=====	=====

25. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora	
	30.06.2013	30.06.2012
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(14.419)	12.493
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	(55.500)
	-----	-----
	(14.419)	(43.007)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	53.329.395	43.530.858
Preferenciais	69.162.598	73.021.533
	-----	-----
	122.491.993	116.552.391
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$		
Nas operações continuadas	(0,1177)	0,1072
Nas operações descontinuadas	-	(0,4762)
Total	(0,1177)	(0,3690)
	=====	=====

O número médio ponderado de ações foi calculado com base no número total de ações em circulação, ajustado pelas emissões, resgates e cancelamentos do período.

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

26. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

A administração da controlada SGPSA decidiu descontinuar algumas operações de sua controlada indireta norte-americana (SGUS). Essas operações representam os negócios referentes às linhas de produtos cama, mesa e banho com as marcas próprias e de terceiros. As operações de “utility bedding” e as operações da controlada canadense continuarão operando.

Em conexão com a descontinuidade de algumas operações da controlada indireta SGUS, a qual importava direta ou indiretamente a totalidade da produção da controlada indireta CSA destinada ao mercado norte americano, a controlada indireta CSA também anunciou programa de readequação de sua capacidade fabril aos mercados interno e do Mercosul, anunciando investimentos na transformação de 3 unidades fabris em polos de desenvolvimento urbano. As unidades de: (i) São Gonçalo do Amarante, RN; (ii) matriz em Montes Claros, MG; e (iii) parte da unidade em Blumenau, SC serão transformadas em áreas de desenvolvimento urbano, com construção de conjuntos residenciais, escritórios e shopping centers com fortes investimentos na construção civil, comércio e serviços. Os investimentos poderão ser próprios ou de terceiros.

Parte das máquinas e equipamentos dessas unidades está sendo realocada para outras unidades fabris e o restante dos equipamentos, incluindo os equipamentos que foram substituídos de outras unidades fabris, foi classificado na rubrica “Imobilizado disponível para venda”, pelo seu valor de mercado, quando inferior ao valor do custo residual (vide nota 8.b).

Os imóveis e instalações continuam classificados nas rubricas originais do ativo imobilizado, tendo-se em conta que seu valor residual é inferior aos valores de realização orçados nos projetos de urbanização acima mencionados, e que se constituirão futuramente em investimentos nos respectivos projetos.

No decorrer do exercício de 2012, foram implementadas todas as medidas para a adequação dos parques fabris remanescentes, e as unidades da controlada indireta CSA, destinadas aos projetos imobiliários, também tornaram-se totalmente disponíveis. A Administração da controlada CSA está em negociação com parceiros interessados na viabilização dos projetos e, durante 2013, é esperado o início de suas execuções.

Para o exercício de 2013, não são esperadas despesas ou transações envolvendo operações descontinuadas.

27. EFEITOS DA APLICAÇÃO DO CPC 33(R1) E IAS 19 (REVISADO 2011) EM 2013

Conforme determinado pelo CPC e CVM, a partir do exercício financeiro a iniciar-se em 1º de janeiro de 2013, os ganhos e perdas atuariais em planos de aposentadoria reconhecidos como lucros e perdas até 31 de dezembro de 2012, não mais transitarão pela demonstração de resultado, passando a ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, como “Outros resultados abrangentes”.

A seguir, a Companhia apresenta o impacto dessa aplicação nas demonstrações do resultado consolidada, para os trimestres e exercício de 2012:

	Trimestres findos em:				2012
	31.03.2012	30.06.2012	30.09.2012	31.12.2012	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	457.784	486.624	560.233	540.509	2.045.150
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(339.645)	(368.461)	(430.974)	(406.673)	(1.545.753)
LUCRO BRUTO	118.139	118.163	129.259	133.836	499.397
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	(62.027)	(67.419)	(69.087)	(75.671)	(274.204)
Gerais e administrativas	(35.204)	(37.525)	(38.604)	(38.936)	(150.269)
Honorários da administração	(2.338)	(2.267)	(2.165)	(3.187)	(9.957)
Equivalência patrimonial	1.114	(14.890)	(14.967)	13.577	(15.166)
Outras, líquidas	6.089	67.948	11.709	(7.688)	78.058
RESULTADO OPERACIONAL	25.773	64.010	16.145	21.931	127.859
Despesas financeiras – juros e encargos	(26.548)	(18.526)	(21.007)	(20.173)	(86.254)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(12.153)	(12.785)	(14.159)	(10.632)	(49.729)
Receitas financeiras	6.464	8.802	5.766	9.933	30.965
Variações cambiais líquidas	(1.141)	6.657	(1.445)	(4.077)	(6)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(7.605)	48.158	(14.700)	(3.018)	22.835
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	(4.593)	(3.672)	(7.467)	(1.445)	(17.177)
Diferido	(149)	(322)	79	1.060	668
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS - REAPRESENTADO	(12.347)	44.164	(22.088)	(3.403)	6.326
Ganhos e perdas atuariais com plano de aposentadoria	421	466	468	(8.623)	(7.268)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ORIGINALMENTE APRESENTADO	(11.926)	44.630	(21.620)	(12.026)	(942)

Não há efeitos nas contas patrimoniais uma vez que os ganhos e perdas já eram reconhecidos anualmente no passivo. A controlada SGPSA reclassificou o valor de R\$26.812 referente às perdas atuariais em planos de aposentadoria acumulados até 31 de dezembro de 2011, reconhecidos anteriormente como lucros e perdas e portanto em prejuízos acumulados, para a conta de Ajustes de avaliação patrimonial.

* * * * *